

Inclusão digital e inclusão social: o papel da acessibilidade Marta Esteves de Almeida Gil

Como citar: GIL, Marta Esteves de Almeida. Inclusão digital e inclusão social: o papel da acessibilidade. *In:* OMOTE, Sadao. (org.). **Inclusão:** intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004. p. 159-166. DOI: <https://doi.org/10.36311/2004.85-98176-02-8.p159-166>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

INCLUSÃO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL: O PAPEL DA ACESSIBILIDADE

Marta Esteves de Almeida GIL¹

Ultimamente, a palavra “inclusão” tem estado em evidência, sendo aplicada a diferentes parcelas de nossa população: idosos, negros, destituídos, mulheres, crianças – que até há pouco tempo eram designadas como “minorias”.

Muito raramente este termo engloba as pessoas com deficiência, embora elas representem 14,5% da população total (equivalente a 25 milhões de pessoas) – ou seja, uma proporção muito significativa! E se acrescentarmos familiares, profissionais e amigos, ficaremos surpresos e indagaremos: como se explica sua “invisibilidade”? Onde estão? Por que não as vemos? Pois, quando as vemos, são apenas 2 ou 3...

É justamente em decorrência desta não presença nos espaços sociais que se faz urgente debater a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e, mais do que isso, promovê-la, criando condições favoráveis para que ela aconteça.

A Deficiência é uma condição democrática, por assim dizer: perpassa todas as idades, sexos, raças e etnias, condições

¹ Gerente da Rede SACI

sócio-econômico-financeiras. Suas causas são várias: questões genéticas, doenças, acidentes, violência, precárias condições sociais e ambientais. Ela pode ocorrer em qualquer etapa da vida; muitas vezes, poderia ser evitada e/ou amenizada.

A condição da Deficiência desperta reações de discriminação e de preconceito, mais ou menos veladas, que reforçam a situação de exclusão. Acreditamos que a Informação e sua outra face, a Comunicação, são armas eficazes para combater essas atitudes e para ajudar a promover a equidade e o respeito à diversidade.

O conceito de inclusão é recente em nossa cultura. Como qualquer situação nova, incomoda, desperta curiosidade, indiferença ou negação, encontra adeptos e também críticos; envolve praticamente todas as esferas do social, apontando para a necessidade de repensar, de alterar hábitos, posturas, atitudes, começando pelo plano individual, tirando-nos de nossa zona de conforto habitual.

Além de recente, esse conceito é bastante abrangente: envolve acesso aos bens sociais, culturais e econômicos, à educação, à saúde, ao trabalho, à tecnologia e assim por diante.

Um dos temas que têm sido objeto de freqüentes discussões é inclusão social *versus* inclusão digital.

Um dos conceitos subjacentes à inclusão tanto no mundo físico quanto do mundo digital é o do “desenho universal”, que é assim definido:

Desenho universal é uma forma de conceber produtos, meios de comunicação e ambientes para serem utilizados por todas as pessoas, o maior tempo possível, sem a necessidade de adaptação, beneficiando pessoas de todas as idades e capacidades.

Para alguns, a inclusão social deve ser promovida em primeiro lugar: as pessoas deveriam ter acesso à educação, ao trabalho, à cultura para, posteriormente, terem acesso ao mundo da informática. Uma metáfora utilizada para expressar esta posição é: “ não se coloca dente de ouro em boca de mendigo”.

A postura adotada pelo Governo Digital Brasileiro e pela Rede SACI², entre outros, opõe-se à concepção acima. Para nós, “A exclusão digital aprofunda a exclusão sócio-econômica. Toda a população deve ter garantido o direito de acesso ao mundo digital tanto no âmbito técnico/físico (sensibilização, contato e uso básico) quanto intelectual (educação, formação, geração de conhecimento, participação e criação)”.

A Rede SACI concorda com os que defendem que contrapor a inclusão social à digital é um falso dilema: não há uma relação direta e unívoca entre exclusão social e digital. É possível afirmar que a exclusão econômica e social pode acarretar a exclusão digital, como aponta o Mapa da Exclusão Digital (Fundação Getúlio Vargas, 2002), recentemente divulgado, aponta.

Por outro lado, as pessoas que são excluídas do mundo digital o são por diversos fatores, além do seu poder aquisitivo; dentre estes, podemos citar aquelas que têm forte resistência ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, independentemente de classe econômica e das possibilidades de acesso, como muitas pessoas da Terceira Idade. Outro fator excludente (ou dificultador) é a extensa utilização da língua inglesa na Internet - praticamente metade das páginas estão neste idioma. O tipo de equipamento e os *softwares* utilizados também podem se constituir em fatores de exclusão. Outro segmento que ainda está muito excluído do mundo virtual e que constitui justamente o público-alvo da Rede SACI é aquele formado pelas pessoas com deficiência, para as quais as Tecnologias de Informação e Comunicação podem representar oportunidades preciosas para expressão e comunicação pessoal e social, para educação, lazer e trabalho, ou seja, para a inserção social.

Sintetizando, “Para a maioria das pessoas, a tecnologia torna a vida mais fácil. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna a vida possível” (Sanches, 1991).

A Rede SACI acredita que a inclusão social pode – e deve – acontecer simultaneamente à inclusão digital, onde um processo fortalece o outro. Aliás, esta também é a

² <http://www.saci.org.br>

base do Modelo de Inclusão Digital que está sendo adotado para o Brasil, um modelo que considere uma distribuição justa e democrática dos recursos da sociedade da informação, com uma clara opção pelos excluídos, com políticas para os jovens, com equidade de gênero, respeito à acessibilidade das pessoas com deficiências, assim como às questões de raça e etnia. Tal modelo deve incentivar novas lógicas de relações econômicas, privilegiando a economia solidária, o microcrédito e a ampla participação do cidadão na gestão das oportunidades que se abrem (...). A questão da infoinclusão está na pauta das iniciativas de promoção de inclusão social, como elemento fundamental na implementação de estratégias, sem o qual não se constrói um país justo, nesta chamada Sociedade da Informação (Selaimen e Lima, 2003)

Vivemos na Sociedade da Informação, como a denominam os estudiosos. Nela, para sobreviver, é fundamental ter acesso à informação, saber lidar com ela, saber consumi-la e manejar os instrumentos e meios a ela ligados, dentre os quais se destaca a informática. A informática é uma chave que abre portas para a educação, o trabalho, o lazer, a sociabilidade, a cultura.

Continuando a citar Selaimen e Lima (2003),

O modelo de infoinclusão que deve ser adotado no Brasil, ao contrário daqueles implementados nos países do Norte, não deve ter como parâmetro a relação "microcomputador por domicílio" como indicador principal de avaliação. Seria um equívoco partir para uma política de infoinclusão com a ambição de possibilitar o uso de computadores e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) a todos os lares brasileiros, e, portanto, também é equívoco avaliar o índice de infoexclusão ou o tamanho da "brecha digital" no Brasil a partir deste parâmetro. Não é necessário repetir os dados da distribuição de renda que o país apresenta. Citando o Professor Ricardo Henriques, Secretário Executivo do Ministério da Assistência e Promoção Social: "*O Brasil não é um país pobre, mas possui muitos pobres*".

A média da renda mensal familiar no Nordeste é de R\$ 53,00 ou seja, cerca de R\$ 27,00 abaixo dos R\$ 80,00 defendidos por alguns institutos como sendo o limite da linha de pobreza. Assim, defendemos que, para se aplicar uma política pública que seja eficiente na redução agressiva e consistente de mais esta forma de exclusão social - que é

a impossibilidade de acesso à informação e a novas possibilidades de trabalho e renda -, é fundamental a instalação de laboratórios de informática com acesso à Internet nas escolas públicas, com uma estratégia de uso público fora dos horários das aulas, a instalação de pontos de acesso público à Internet nas bibliotecas públicas e uma política de fomento para a proliferação de telecentros comunitários públicos e gratuitos, que atendam aos mais de 6 mil municípios brasileiros.

Podemos citar, dentre as alternativas possíveis de promoção da infoinclusão, a implantação de linhas de fomento a projetos de adaptação de *hardware*, a criação de programas e aplicativos para pessoas com deficiência e a promoção do desenvolvimento de recursos de acessibilidade de modo geral.

A compreensão de que os processos de inclusão social e digital devem ser complementares nos tempos atuais, também pode ser constatada no programa de trabalho da UNESCO para 2004/05³, do qual destacamos as seguintes recomendações: busca de informação e acesso à cultura através do uso de interfaces e equipamentos terminais padrão; encorajar e facilitar pesquisas sobre o impacto social das TICs aos portadores de deficiência; estudar e analisar vários modelos para integração de sistemas de informação e dispositivos assistivos para promoção da educação e do desenvolvimento cognitivo.

Ora, para possibilitar a inclusão digital, há que se adotarem critérios de acessibilidade digital.

Como definir “acessibilidade”?

Os dicionários nos dizem que este substantivo denota a qualidade de ser acessível e que “acessível”, por sua vez, é um adjetivo que indica aquilo a que se pode chegar facilmente; que fica ao alcance. Para a Organização das Nações Unidas (ONU), “possibilidade de acesso” é o processo de conseguir a igualdade de oportunidades em todas as esferas da sociedade.

Podemos definir a acessibilidade à Internet como a flexibilidade do acesso à informação e a interação dos usuários que possuam algum tipo de deficiência ou necessidade especial no

³ <http://www.unesco.org.br>

que se refere aos mecanismos de navegação e à apresentação das páginas, operação de *softwares*, *hardwares* e adaptação de ambientes e situações.⁴

Quem define os critérios e padrões de acessibilidade na Internet?

É o *World Wide Web Consortium* (W3C), organismo responsável por elaborar recomendações para a rede mundial que, em outubro de 1997, lançou o *Web Accessibility Initiative* (WAI)⁵, com objetivo de promover a acessibilidade. No Brasil, a mobilização pela acessibilidade digital vem ganhando espaço e atenção, especialmente a partir da iniciativa da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que está terminando a elaboração de uma Norma Técnica referente a este assunto. Infelizmente, este conceito ainda é pouco conhecido em nosso país.

Falando em termos práticos, o que é um *site* acessível? Para Paulo Romeu, analista de sistemas da PRODAM e portador de deficiência visual,

Se determinado *site* (ou *home page*) for construído e publicado com a inserção de legendas ocultas em imagens (fotos, desenhos ou figuras) ou com recursos que permitam leitura por um sintetizador de voz, ou seja, se o profissional (*web designer*) utilizou tecnologia apropriada para torná-lo acessível a todas as pessoas, independentemente de suas limitações, o resultado será um *site* acessível. Se não forem utilizados tais recursos, o usuário termina por

⁴ <http://www.prodam.sp.gov.br>

⁵ O W3C é a principal organização promotora e padronizadora da Web, mundialmente; trata-se de um consórcio multiinstitucional, liderado pelo CERN, INRIA - *Institut National de Recherche en Informatique et en Automatique* e pelo MIT - *Massachusetts Institute of Technology Laboratory for Computer Science*, cujo principal fundador é Tim Berners Lee. As especificações do HTML, XML e de outras linguagens são desenvolvidas pelo W3C. Entre as diversas frentes de atuação do W3C destacamos o Grupo de Interesse sobre Acessibilidade, o *Web Accessibility Initiative* (WAI) cuja missão é promover a acessibilidade na Web para pessoas com deficiência, que atende não só usuários com deficiência, mas também promove alto nível de usabilidade em documentos na Web, a partir do desenvolvimento de tecnologias, diretrizes, instrumentos, educação e pesquisa. É a principal referência sobre acessibilidade na Web e seus documentos são traduzidos para vários idiomas, inclusive o português.

navegar no escuro, clicando em *links* que não sabe para onde o levam, então esse *site* não é para todos e possui alcance limitado, já que pessoas com dificuldade ou ausência de visão ou audição não poderão compreender seu conteúdo.⁶

Quais são os aspectos considerados pela acessibilidade digital?

Segundo Ana Maria Barbosa (2001), esses aspectos devem considerar a variedade de contextos de interação que podem estar relacionados a diversos tipos de deficiência do usuário, que:

- Pode não ser capaz de ver, ouvir, se mover ou de processar certos tipos de informação;
- Pode ter dificuldade para ler ou para compreender o texto;
- Pode não ser capaz de operar o teclado ou o mouse;
- Pode estar usando um monitor de texto que não processa imagens ou um monitor pequeno;
- Pode não entender facilmente a linguagem do documento;
- Pode estar em uma situação em que os olhos, os ouvidos ou as mãos podem estar comprometidos, executando outra função que não a operação do *browser*;
- Pode estar usando uma versão antiga de browser, um *browser* totalmente diferente, um browser de voz ou um sistema totalmente customizado.

Se os desenvolvedores e responsáveis pelo conteúdo da Internet se preocuparem em respeitar essas regras de acessibilidade, estarão beneficiando a si mesmos, porque terão um número maior de consumidores de suas informações ou produtos e também as pessoas com deficiências (visuais, auditivas, motoras e outras), idosos, pessoas que consultam a Internet com *modems* ou ligações lentas, pessoas com dificuldades de letramento, enfim, um contingente significativo de pessoas.

Para que um *site* seja acessível, a nosso ver, é preciso promover o entrelaçamento das seguintes áreas: *Informação* (ou

⁶ <http://www.prod.am.sp.gov.br>

Conteúdo), *Tecnologias de Informação e Comunicação e Acessibilidade*. Cada uma delas pressupõe as demais: sem *softwares* adaptados, a informação não pode ser acessada diretamente pelas pessoas com deficiência; sem que as condições de acessibilidade digital estejam garantidas, as pessoas com deficiência não conseguem navegar nos *sites*; se o conteúdo dos *sites* não estiver escrito em linguagem acessível e organizado de forma clara, a pessoa com deficiência terá dificuldade para localizar a informação que deseja.

Num mundo em transformação, onde cada vez mais o computador é o veículo de transporte da mente, uma importante ferramenta de trabalho e meio de expressão e comunicação, não podemos permitir que os 25 milhões de brasileiros portadores de algum tipo de deficiência sejam excluídos das maravilhosas possibilidades que a informática oferece.

Entre outros efeitos, ela pode ser o passaporte para a inclusão social.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Maria. Apresentação proferida na 2ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Acessibilidade da ABNT, em 06 / 11/ 2001.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Mapa da exclusão digital**, 2002. Disponível em: http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/apresentacao/apresentacao.htm

PREMISSAS gerais sobre inclusão digital do Governo Eletrônico, 2002. Disponível em: <http://www.prodiam.sp.gov.br>

SANCHES, Norberto. A Informática e a Comunicação : O Visualizador de Fala : Um Instrumento ao serviço da educação e treino de fala. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 4, 1991. **Comunicações**, Fundação Calouste Gulbenkian, Portugal, 1991.

SELAIMEN, Graciela; LIMA, Paulo . Infoinclusão e os novos horizontes da inclusão social. **Revista do terceiro setor**, 15 jul. 2003